

Sumário Executivo do Programa Nacional de Reformas

O Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade para o período 2016-2020 refletem a visão do Governo para um crescimento económico equilibrado, promotor de uma trajetória de consolidação das contas públicas e de coesão social.

As medidas apresentadas no Programa Nacional de Reformas e no Programa de Estabilidade definem um novo caminho para a economia portuguesa, partindo da avaliação e melhoria das reformas implementadas nos anos anteriores.

O Programa Nacional de Reformas constitui ainda um elemento essencial na definição da estratégia de médio prazo que permitirá a Portugal, no horizonte de 2020, lançar um conjunto de reformas estruturais que promovam o relançamento do investimento e contribuam para a sustentabilidade das finanças públicas, indo ao encontro das prioridades identificadas pela Comissão Europeia na Análise Anual do Crescimento para 2016.

A estratégia presente no Programa Nacional de Reformas parte da identificação dos bloqueios estruturais que caracterizam a economia portuguesa e está organizada em torno de seis pilares, que se desenvolvem em eixos de atuação e medidas concretas de implementação de uma nova agenda de crescimento e desenvolvimento económico e social.

Do diagnóstico traçado pelas autoridades europeias no *Relatório relativo a Portugal 2016* destaca-se, como principal tendência, o fraco crescimento da economia portuguesa desde o início do milénio, o qual foi acompanhado pela acumulação crescente da dívida externa. Esta situação sublinha e reforça os principais bloqueios estruturais da economia portuguesa: a) o défice estrutural de qualificações; b) os baixos níveis de incorporação da inovação na atividade económica; c) o baixo aproveitamento das potencialidades territoriais do país, associado à manutenção de algumas ineficiências do Estado, que colocam em causa a competitividade e sustentabilidade da economia; d) os elevados níveis de endividamento público e privado, que condicionam fortemente as perspetivas de investimento do Estado, das empresas e das famílias; e e) a necessidade de garantir a coesão e igualdade social, enquanto elementos basilares do crescimento económico saudável e sustentável.

O Programa Nacional de Reformas apresenta a resposta a estes bloqueios com base na sua agregação em três categorias de desafios económicos principais, alinhados com os identificados no Relatório relativo a Portugal, publicado pela Comissão Europeia em fevereiro de 2016: produtividade e competitividade; endividamento da economia; e reforço da coesão e igualdade social.

Os pilares do Programa Nacional de Reformas foram desenhados para responder a estes desafios, permitindo igualmente responder às recomendações específicas por país, emitidas pelo Conselho da União Europeia em Julho de 2015. Deste modo, os pilares referentes à Qualificação dos Portugueses, à Promoção da Inovação na Economia, à Valorização do Território e à Modernização do Estado respondem ao desafio da produtividade e competitividade; o pilar sobre a Capitalização das Empresas, bem como o Programa de Estabilidade 2016-2020, respondem ao desafio do endividamento da economia; e, por último, o pilar da Coesão e Igualdade Social responde ao desafio com o mesmo nome.

O pilar da Qualificação dos Portugueses enfrenta os principais desafios das áreas da educação, qualificação e formação em Portugal, nomeadamente o défice estrutural de qualificações e o insucesso e abandono escolares. As políticas públicas devem ser dirigidas com maior intensidade para estes desafios, com estratégias adequadas a cada um dos grupos-alvo (jovens e adultos, em especial desempregados de longa duração). Assim, importa garantir a aplicação de um conjunto de medidas que convirjam para responder a esses desafios, como sejam a promoção da igualdade no acesso aos diferentes níveis de ensino; a promoção de condições que permitam que mais portugueses tenham formação de nível superior; a retoma de uma verdadeira política de formação de adultos, que permita, através da

combinação de diferentes instrumentos no âmbito das políticas ativas de emprego, reforçar a inclusão e a empregabilidade dos ativos menos qualificados, em especial dos desempregados de longa duração; e a promoção de medidas que reduzam a segmentação do mercado de trabalho, promovendo relações laborais estáveis e duradouras e que aumentem a produtividade e competitividade da economia.

O pilar da Promoção da Inovação na Economia visa aproveitar o potencial inexplorado no tecido económico, pese embora os inegáveis avanços observados nas últimas décadas. Neste âmbito, importa promover uma relação cada vez mais virtuosa na tríade ciência, tecnologia e inovação, assim como na sua transferência para a produção económica, de modo a promover um crescimento económico que incorpore maior valor acrescentado nacional, melhorando e diversificando as exportações. Para cumprir este desígnio, importa retomar a aposta na Investigação, Desenvolvimento & Inovação; desenvolver os instrumentos de apoio ao empreendedorismo e de aceleração de empresas em Portugal; promover a digitalização da economia; e, por último, aumentar a internacionalização da economia portuguesa.

No que se refere ao pilar da Valorização do Território, o Governo considera que a competitividade da economia só pode ser plenamente atingida se o desenvolvimento do território for harmonioso e sustentável, promovendo, simultaneamente, o aproveitamento integral dos recursos nacionais, a redução de custos de contexto e o reforço da coesão social e territorial, corrigindo as assimetrias existentes. Neste sentido, importa desenvolver uma estratégia assente numa nova visão que promova os seguintes desígnios estratégicos: a descarbonização da economia, através da mobilidade sustentável e de políticas urbanas inteligentes e sustentáveis; a eficiência no uso de recursos, nomeadamente pelo desenvolvimento da economia circular em todos os setores de atividade; a promoção da coesão territorial, nomeadamente através da aposta no desenvolvimento das infraestruturas de transporte ferroviário, na aposta na economia do mar e no aproveitamento dos recursos distintivos dos territórios; e, por fim, na conservação e promoção dos valores naturais, garantindo a sustentabilidade ambiental e económica dos mesmos.

O pilar da Modernização do Estado pretende responder às ineficiências que se mantêm nalgumas das esferas de atuação do Estado e que representam obstáculos sérios aos cidadãos e às empresas. Neste âmbito, importa destacar o baixo nível de eficiência do sistema judicial, bem como a manutenção de elevados encargos administrativos e a complexidade dos processos de licenciamento. Assim, o Governo pretende implementar reformas que promovam a modernização do Estado, assente na inovação e na descentralização enquanto ferramentas essenciais à proximidade e eficiência da governação e da relação com os agentes económicos.

Tendo em consideração a posição externa estruturalmente deficitária da economia portuguesa, os níveis de endividamento das empresas são particularmente elevados face aos seus capitais próprios. Esta situação tem consequências nos níveis de investimento das empresas, tornando-as mais vulneráveis a crises económicas ou financeiras, em especial por estarem particularmente dependentes de crédito bancário. Assim, no âmbito do pilar da Capitalização das Empresas, importa desenvolver instrumentos que promovam a diversificação das fontes de financiamento das empresas, e simultaneamente o reforço da sua capitalização, quer através de instrumentos financeiros, quer pelo recurso a instrumentos jurídicos e fiscais.

A estratégia em que assenta o Programa Nacional de Reformas está desenhada para garantir a coesão e igualdade social, enquanto um dos objetivos mais relevantes em qualquer economia que se queira competitiva e sustentável. Assim, o Pilar da Coesão e Igualdade Social pretende responder aos níveis de desigualdade social e pobreza que Portugal enfrenta e que foram agravados nos últimos anos. O Governo já tomou medidas para enfrentar estes desafios, nomeadamente através da reposição e reforço das prestações sociais, em especial as dirigidas a casos de pobreza extrema, famílias com crianças, idosos e trabalhadores de baixos rendimentos. A estratégia a seguir nos próximos anos assenta na estabilização de um quadro prestacional para garantir patamares de dignidade, acompanhada pela provisão de bens

públicos, como a educação e a saúde, enquanto elementos com importantes benefícios para as populações mais atingidas pela exclusão social e a pobreza.

As sinergias decorrentes da execução simultânea das medidas previstas em cada um dos pilares são fundamentais para que se promova um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo alinhado com os desígnios da Estratégia Europa 2020. Esse crescimento permitirá quer o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020, quer os compromissos referentes à manutenção de finanças públicas saudáveis, cuja estratégia é apresentada no Programa de Estabilidade 2016-2020.